

Brasília, 25 de junho de 2019.

Senhor Ministro
Ricardo Salles
Ministro de Estado do Meio Ambiente

Assunto: Manifesto pelo desmatamento ilegal zero

Senhor Ministro,

Dirijo-me a Vossa Excelência na condição de presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para tocar em um dos temas mais importantes da pauta conjunta entre a agropecuária e o meio ambiente: o desmatamento ilegal zero. O governo brasileiro até os dias de hoje não dispõe de ferramentas de monitoramento sobre o que é desmatamento garantido pela legislação (legal) e o ilegal, aquele que é considerado crime contra nosso maior patrimônio, nossos biomas.

Diante desse cenário em que as estatísticas oficiais divulgadas não separam o legal do ilegal, nem quanto do desmatamento ocorreu efetivamente em imóveis rurais, os produtores rurais são criminalizados e confundidos com grileiros e outros detratores do meio ambiente. Reforço que a FPA é contra qualquer crime cometido contra o meio ambiente e defende a punição de quem o faz. A ilegalidade é desleal com a maioria dos produtores rurais e defendemos a imediata aplicação do Código Florestal.

Cabe resgatar os dados apresentados pela Embrapa Territorial de que as áreas protegidas no Brasil representam cerca de 30% do território nacional, enquanto países como Estados Unidos, China, Canadá e outros de grande dimensão preservam 10%. A ONU, em seu relatório *Protected Planet Report 2016*, atesta: o Brasil possui a maior área terrestre protegida do mundo (“*largest national terrestrial protected area network in the world*”). As propriedades de agricultores brasileiros têm, em média, o maior índice de preservação de vegetação nativa, com 48%, segundo os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 5,6 milhões de imóveis rurais, totalizando uma área de 515 milhões hectares. Mesmo nos estados mais densamente ocupados, esse índice é sempre superior a 20%.

Por meio do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), monitorado pelo Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, é possível verificar que em abril de 2019, agricultores, pecuaristas, silvicultores e extrativistas destinaram à preservação da vegetação nativa mais de 219 milhões de hectares, o equivalente a mais de ¼ do território nacional (26%).

O Poder Legislativo já trabalha nesta frequência de unir o meio ambiente e a agropecuária em uma sinergia arrebatadora tanto para a proteção de biomas como, ao mesmo tempo, para fazer do Brasil o principal abastecedor mundial de alimentos. Essa união, Senhor Ministro, será imbatível para

que retomemos os trilhos do crescimento, da geração de emprego e renda, da garantia de economia estável, do alimento mais barato, com preservação e leis que efetivamente trabalhem pelo desenvolvimento sustentável brasileiro, livre de ideologias e de burocracia.

Em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista, a FPA encabeça propostas legislativas que equalizem o meio ambiente e a agropecuária, dentro do critério de sustentabilidade, na Câmara dos Deputados. Na agenda de trabalho, estão temas como: combate ao desmatamento ilegal, promoção de práticas sustentáveis como a integração lavoura-pecuária-floresta, fomento à Agricultura de Baixo Carbono (ABC), gestão e monitoramento territorial, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), entre outros.

Desta forma, coloco a FPA à disposição do Ministério do Meio Ambiente para a construção de uma política formal de desmatamento ilegal zero, urgente na consolidação da união de forças e na descriminalização do tema, em forma de combate efetivo à contrainteligência de mercado sofrida pelo Brasil e no fomento da imagem positiva e real do nosso país e de seus produtos em toda a comunidade internacional.



DEP. ALCEU MOREIRA (MDB-RS)
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária